



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2012

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO – BTR

Líder: Lafayette Andrada
Vice-Líderes: Duarte Bechir, Fred Costa, João Vítor Xavier, Luzia Ferreira e Rômulo Viegas

BLOCO AVANÇA MINAS – BAM

Líder: Tiago Ulisses
Vice-Líderes:

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Rogério Correia
Vice-Líderes: Maria Tereza Lara, Paulo Lamac e Ulysses Gomes

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes:

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Rodrigues
Vice-Líder: Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Pompílio Canavez

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Bonifácio Mourão
Vice-Líderes: Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:
Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Fred Costa

BAM Presidente
BAM Vice-Presidente
BTR
BTR
BTR



Deputado Rogério Correia PT
Deputado Ivair Nogueira PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antonio Carlos Arantes BAM
Deputado Hely Tarquínio BAM
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Bruno Siqueira PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca PT Presidente
Deputado Pompílio Canavez PT Vice-Presidente
Deputado João Leite BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Glaycon Franco BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado PT
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Fábio Cherem BTR
Deputado Neider Moreira BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa BTR Presidente
Deputado Bruno Siqueira PMDB Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Glaycon Franco BTR
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputada Rosângela Reis BAM
Deputado André Quintão PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Gilberto Abramo PRB
Deputado Bosco BTR
Deputado Arlen Santiago BTR
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Délio Malheiros BAM
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado PT Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR Vice-Presidente
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputado Rômulo Veneroso BAM
Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes PT



Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BAM	Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BAM
Deputada Rosângela Reis	BAM
Deputado Antônio Lerin	BAM
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado Pompílio Canavez	PT
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	



Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Carlin Moura PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Glaycon Franco BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Celinho do Sinttrocel PCdoB

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu BTR Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira PMDB
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão PT
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BAM Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Romel Anísio BAM
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Ulysses Gomes PT
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BAM
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Ivair Nogueira PMDB
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Delvito Alves BTR Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BAM
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Juninho Araújo BTR
Deputado Duarte Bechir BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM



Deputado Ivair Nogueira

PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz
Deputado Tiago Ulisses
Deputado João Vitor Xavier
Deputado Doutor Viana
Deputado Carlos Henrique

PMDB Presidente
BAM Vice-Presidente
BTR
BAM
PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Sebastião Costa
Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Antônio Júlio

PMDB
BAM
BTR
BAM
PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Neilando Pimenta
Deputado Carlin Moura

PT Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Duarte Bechir
Deputado Celinho do Sinttrocel

PT
BTR
BTR
BTR
PCdoB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputada Liza Prado
Deputado Romel Anísio
Deputado Tiago Ulisses

BAM Presidente
BTR Vice-Presidente
BAM
BAM
BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duílio de Castro
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Doutor Viana
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BAM
BTR
BAM
BAM
PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BAM
BTR
BTR
PRB



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado João Leite	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Antônio Júlio	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BAM	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Doutor Viana	BAM
Deputado Luzia Ferreira	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Almir Paraca	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Juninho Araujo	BTR	
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BAM	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Hely Tarquínio	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

**4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATAS****ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/4/2012**

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Itamarandiba o Deputado Délio Malheiros, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. O Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir as constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica nesse Município. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Gelte Antônio Costa, Prefeito Municipal de Itamarandiba; Gilberto Fernandes de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba; Claudemiro Dantas da Cunha e Tiago Ferreira da Cunha, respectivamente, Líder de Negócios da Área Leste e Técnico do Sistema Elétrico da Cemig, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente dessa empresa; Marcos Piovezan Fernandes, Presidente da Subseção de Itamarandiba da OAB; Betllen Bleno Lopes Carneiro, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itamarandiba; Paulo José Silva, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itamarandiba; Márcio Antônio Nunes Garcia, representante da Comissão Vale + Educação; Luiz Fernando Alves, membro dessa Comissão; Márcio Gomes e Afonso Arinos de Campos Gandra, ex-Prefeitos Municipais de Itamarandiba; Lourdes Gomes Vieira, Vereadora da Câmara Municipal de Itamarandiba; Valdessi Fernandes dos Santos, Itamar Lopes Alves, José Paulo Alves Fernandes, Gelte Antônio de Meire, José Aauto Carneiro, Sebastião Antônio Amaro e Gabriel de Fátima Santos, Vereadores da mesma Câmara, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Liza Prado, Presidente - Duilio de Castro - Carlos Henrique.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/4/2012

Às 13h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Carlos Miranda, Célio Moreira e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Instituto Brasileiro de Advocacia Pública pela publicação do manifesto "Em Defesa da História, dos Direitos Humanos e da Probidade Administrativa"; e Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para discutir denúncia de negligência dos órgãos de defesa social do Estado na apuração do desaparecimento do músico Vinícius Maia Carvalho; e são rejeitados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o conflito entre as famílias do acampamento Novo Paraíso, do MST, em Jequiá, e o latifúndio; e Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação de ex-policiais militares do Estado que denunciam discriminação e perseguição política em quartéis na época do regime militar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2012.

Durval Ângelo, Presidente - Paulo Lamac - Luiz Carlos Miranda - Sargento Rodrigues - Célio Moreira - Fred Costa.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 17/4/2012

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Lamac, Vanderlei Miranda e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Célio Moreira e Doutor Wilson Batista. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a



votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Vanderlei Miranda em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública em Manhuaçu, Caratinga e Governador Valadares para discutir o uso do “crack” nas regiões desses Municípios; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião, com a participação do Cel. PM Cláudio Antônio Mendes, Coordenador Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd -, para que exponha as ações desenvolvidas por esse Programa para prevenção do uso de drogas e da violência; e Célio Moreira em que solicita sejam realizadas visitas aos Hospitais Raul Soares e Galba Veloso, do complexo de saúde mental da Fhemig, a fim de verificar denúncia de que estariam superlotados em razão do atendimento crescente de usuários de “crack”; e, posteriormente, seja realizada audiência pública para discutir o assunto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.

Paulo Lamac, Presidente - Liza Prado - Vanderlei Miranda.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/4/2012

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação do requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, por solicitação do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, para debater em audiência pública questões afetas à erradicação do trabalho infantil; e é adiada, a requerimento do Deputado Duarte Bechir, a votação do requerimento do Deputado André Quintão que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por solicitação do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, com a finalidade de debater e buscar soluções para o cumprimento da meta de erradicação dos lixões no Estado até 204, prevista na legislação federal, a implementação da coleta seletiva nos Municípios, a organização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos e os instrumentos de financiamento dessa política. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2012.

André Quintão, Presidente.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/4/2012

Às 21 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Luiz Carlos Miranda, Célio Moreira e Fred Costa (substituindo o Deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente tece as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra a cada um dos Deputados acima mencionados, para que façam suas exposições sobre assuntos pertinentes à Comissão. O Presidente prorroga a reunião por mais duas horas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Luiz Carlos Miranda, Sargento Rodrigues e Fred Costa em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública em Salto da Divisa, para discutir possíveis ameaças de morte sofridas por Geralda Magela da Fonseca, do Grupo de apoio de Defesa dos Direitos Humanos desse Município, e seja realizada visita ao acampamento Dom Luciano Mendes, onde integrantes do MST também ameaçados de morte; Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir os problemas enfrentados pelos pacientes acometidos por distrofias musculares, que tiveram assistência domiciliar, prestada pela Secretaria de Estado de Saúde, através da Fhemig, prejudicada por ação judicial do Ministério Público. É deferida pelo Presidente a solicitação do Deputado Célio Moreira de que sejam excluídas do registro das notas taquigráficas e das gravações eventuais expressões injuriosas referentes a ele e ao Deputado Duarte Bechir. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os Deputados para as reuniões extraordinárias a serem realizadas nos dias 23/4/2012, às 4 e às 22 horas, e 24/4/2012, às 4, às 10 e às 22 horas, para discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.

Durval Ângelo, Presidente - Paulo Lamac - Luiz Carlos Miranda - Duarte Bechir - Sargento Rodrigues - Célio Moreira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Carlos Cirilo da Silva para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria Cristina Freire Barbosa para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Paulo José de Araújo para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Oderli de Aguiar para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Iter-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ilmar Bastos para o cargo de Presidente da Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Yeda Prates Bernis para compor o Conselho Estadual de Educação, junto à Câmara de Ensino Médio, em substituição à indicação do nome do Sr. Amílcar Viana Martins Filho. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio Luiz Bunte de Carvalho para compor o Conselho Estadual de Educação junto à Câmara de Ensino Superior, em substituição à indicação de Maria Mercedes Guerra Amaral. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Duarte Bechir opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Duarte Bechir opina pela manutenção do veto.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011, do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos estabelecimentos hoteleiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.561/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goiabeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30/10/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.056/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pocrane os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2011, do Deputado Paulo Lamac, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coimbra o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.196/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tomás de Aquino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2011, do Tribunal de Contas, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas de nºs 1 a 6, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.729/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bicas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.730/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.731/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.782/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Timóteo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.907/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.909/2012, do Deputado Bosco.

Requerimento nº 2.912/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.889/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.921/2012, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.469/2011, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 147/2011, do Deputado Elismar Prado; 862, 985 e 1.470/2011, da Deputada Rosângela Reis; 2.545/2011, do Deputado João Vítor Xavier; 2.773/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.829/2012, do Deputado Duarte



Bechir; 2.886/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.894/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.929/2012, do Deputado José Henrique; 2.930/2012, do Deputado Luiz Carlos Miranda; 2.934/2012, do Deputado Antônio Júlio; 2.943/2012, do Deputado Zé Maia; 2.944/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.948/2012, do Deputado Durval Ângelo; e 2.951/2012, do Deputado Elismar Prado.

Requerimentos n.ºs 2.920/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.945/2012, da Comissão de Participação Popular; e 2.946/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 2.966 e 2.970/2012, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 25/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 832/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 2.860/2012, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos n.ºs 2.841/2012, da Deputada Liza Prado; e 2.891/2012, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 25/4/2012, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos: indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fapemig; do nome do Sr. José Carlos Cirilo da Silva para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome da Sra. Maria Cristina Freire Barbosa para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome da Sra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Paulo José de Araújo para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Oderli de Aguiar para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Iter-MG; do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Arsae-MG; do nome do Sr. Ilmar Bastos para o cargo de Presidente da Feam; do nome da Sra. Yeda Prates Bernis para compor o Conselho Estadual de Educação, junto à Câmara de Ensino Médio, em substituição à indicação do nome do Sr. Amílcar Viana Martins Filho; e do nome do Sr. Márcio Luiz Bunte de Carvalho para compor o Conselho Estadual de Educação junto à Câmara de Ensino Superior, em substituição à indicação de Maria Mercedes Guerra Amaral; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei n.º 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências; e à Proposição de Lei n.º 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências; dos Projetos de Lei n.ºs



353/2011, do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos estabelecimentos hoteleiros; 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica; 1.561/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goiabeiras o imóvel que especifica; 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30 /10/95, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Cruz do Escalvado; 2.056/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pocrane os imóveis que especifica; 2.169/2011, do Deputado Paulo Lamac, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coimbra o trecho que especifica; 2.196/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tomás de Aquino o imóvel que especifica; 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica; 2.601/2011, do Tribunal de Contas, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000; 2.729/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bicas o imóvel que especifica; 2.730/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica; 2.731/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica; 2.782/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Timóteo o imóvel que especifica; 2.856/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; 2.907/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Gerais o imóvel que especifica; e 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de abril de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/4/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/2012

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Mosconi, André Quintão, Célio Moreira, Doutor Viana e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/4/2012, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/2012, da Deputada Liza Prado e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Delvito Alves, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/4/2012, às 10 horas, na Câmara Municipal de Congonhas, com a finalidade de debater o impacto ambiental que a expansão da atividade de mineração realizada pela Companhia Siderúrgica Nacional e por sua subsidiária Nacional de Minérios S.A. poderá acarretar; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 4/5/2012, às 9 horas, na Câmara Municipal de Taiobeiras, com a finalidade de discutir a situação de insegurança vivida pela população de Taiobeiras devido a uma série de homicídios que ocorreram nos últimos três anos e que não foram solucionados; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.966/2012****Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial****Relatório**

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Moreiras – ACPPRM –, com sede no Município de Carandaí.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.966/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Moreiras – ACPPRM –, com sede no Município de Carandaí, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessa comunidade.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades de qualificação profissional e socializantes, a fim de aprimorar a capacidade de trabalho e de convivência em grupo; luta por melhorias nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, esporte, lazer e infraestrutura; busca a proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; orienta sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico e do meio ambiente; incentiva a valorização dos pequenos produtores rurais, facilitando a comercialização de seus produtos; estimula iniciativas como horta e cozinha comunitárias; e fomenta a compra e a venda conjunta, visando tornar a atividade agrícola rentável e lucrativa.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar a denominação da entidade ao consubstanciado em seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Moreiras, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.966/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.970/2012**Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial****Relatório**

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina, com sede no Município de Turmalina.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.970/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina, com sede no Município de Turmalina, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa dos agricultores feirantes da região.

A instituição tem como propósito fortalecer a organização dos agricultores feirantes, por meio da identificação e da busca de soluções para seus problemas relacionados à produção e à comercialização; fomentar a capacitação de agricultores, estudantes e técnicos na área agrícola; lutar por melhorias na qualidade de vida de seus associados; incentivar práticas de proteção ao meio ambiente; combater a fome e a pobreza.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.970/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Liza Prado, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.016/2012****Comissão de Direitos Humanos
Relatório**

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a entidade SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.016/2012 pretende declarar de utilidade pública a entidade SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a luta contra a violência doméstica.

Com esse propósito, a instituição denuncia qualquer ato de poder ou conduta, declarada ou sutil, que cause risco de vida, dano, constrangimento ou sofrimento à mulher; orienta as vítimas, por meio de atendimentos especializados; forma grupos de reflexão sobre as relações familiares, com ênfase nas relações violentas; desenvolve atividades que fomentam a solidariedade, o autoconhecimento e a conscientização sobre direitos e deveres; promove estudos e pesquisas sobre o tema; realiza programas educativos e preventivos na comunidade.

Tendo em vista o trabalho humanitário realizado pela entidade SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.016/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2012.

Duarte Bechir, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.495/2011**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 2.495/2011, de autoria do Deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública o Centro Cultural Capoeirando, com sede no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.495/2011

Declara de utilidade pública o Centro Cultural Capoeirando, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Cultural Capoeirando, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Gilberto Abramo, relator – Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.607/2011**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 2.607/2011, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, que declara de utilidade pública o Instituto de Motivação do Jovem ao Empreendedorismo, Solidariedade e Educação – Imjese –, com sede no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.607/2011

Declara de utilidade pública o Instituto de Motivação do Jovem ao Empreendedorismo, Solidariedade e Educação – Imjese –, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Motivação do Jovem ao Empreendedorismo, Solidariedade e Educação – Imjese –, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva, relator – Gilberto Abramo.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/4/2012

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, estimadas Deputadas, caros colegas Deputados. Cumprimento também os telespectadores da TV Assembleia. Meu caro Presidente, durante este ano temos travado aqui, na Assembleia Legislativa, um debate, e esta Casa tem sido a responsável por fazer um debate extremamente importante para o País, para a Federação. A Assembleia Legislativa tem se debruçado sobre o tema da renegociação da dívida do Estado de Minas Gerais e dos demais Estados para com o governo federal. Nesta semana mesmo, a Assembleia de Minas, liderada pelo nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, esteve na Capital do Acre, Rio Branco, para discutir com várias outras Assembleias, com várias autoridades do Brasil o problema da dívida de Minas Gerais e dos demais Estados com o governo federal. Ontem mesmo tivemos amplo debate sobre essa discussão nesta Casa.

No final da noite de ontem levantamos uma questão aqui, caros Deputados Duarte Bechir e João Leite, que estiveram presentes nessa discussão, e o Deputado Adelmo Carneiro Leão tem também participado dessa discussão extremamente importante para toda Minas Gerais.

Caros Deputados Lafayette de Andrada e Bonifácio Mourão, jurista eminente e relator da Constituição mineira, voltamos a um ponto que é a questão jurídica da dívida. Queria apresentá-lo aqui, pois é importante na discussão de renegociação, que voltemos ao início, ou seja, à origem da dívida de Minas Gerais com o governo federal que foi pactuada em 1998. Quando viu que os Estados tinham um sério problema de rolagem da dívida, o governo federal propôs uma renegociação, uma negociação. Naquele momento, ele teve uma participação importante e, ao analisarmos o contrato de renegociação da dívida dos Estados, verificamos que o índice escolhido para a correção da dívida foi o IGP-DI. Qual era o menor índice de correção monetária em 1998, no ato da assinatura do contrato da dívida de Minas com o governo federal? O IGP-DI. Então formulo uma pergunta clara: qual foi o índice escolhido para a correção monetária da dívida? Foi o IGP-DI? Não. Foi o menor índice de correção que, àquela época, tinha o nome de IGP-DI. Essa era a vontade, meu caro Deputado Mourão, das partes no momento da assinatura do contrato.

Há três questões legais que precisam ser discutidas aqui. A primeira é o “pacta sunt servanda”, que é o cumprimento exato das obrigações assumidas no contrato, que é uma regra da formulação dos contratos. Há outras duas, sobretudo, as inovadas pelo Código Civil, pelo legislador de 2002, recentemente. Há dois princípios fundamentais, até mais importantes do que o “pacta sunt servanda”. O primeiro deles é a boa-fé entre as partes. Não é tirar proveito de uma situação de deficiência de uma parte em relação a outra. O primeiro princípio que deve nortear as relações contratuais que está previsto no art. 422 do Código Civil é a boa-fé entre as partes. Então não é para uma que está se dando bem dar prejuízo a outra pela contingência econômica do momento. Ainda mais numa relação entre entes federados com a União, o governo federal.

O segundo princípio instituído no art. 421 do Código Civil pelo legislador de 2002 - aliás, talvez esse seja o mais importante - é a função social dos contratos, meu caro Mourão. O bem coletivo tem de estar acima das questões individuais. Então é a função social, aquilo que é o melhor para a sociedade e as pessoas. Essa é uma inovação extremamente oportuna que o legislador civil de 2002 propôs na reformulação do Código Civil pelo Congresso Nacional.

Essas duas situações precisam ser colocadas no primeiro plano dessa discussão: a boa-fé que o governo federal tem de ter com os Estados e a preocupação com a função social dessa questão, a repercussão social que essa dívida, com essa negociação, tem trazido.

Portanto invoco aqui primeiramente: “Qual é o índice de correção adotado em 1998? O IGP-DI. No entanto, não era o IGP-DI, mas sim o menor índice de correção. Aí ficou claro entre as partes naquele momento que o que queria o governo federal e os Estados era exatamente escolher a melhor opção para a renegociação da dívida. Se não fosse assim, o governo federal e os Estados teriam escolhido um índice maior do que o IGP-DI. Se fosse para a correção monetária ser calculada pelo maior índice, não teria sido escolhido o IGP-DI, que, naquela hora, no momento da assinatura, era o menor índice.

Há ainda uma outra questão. Os juros pactuados por Minas Gerais naquela oportunidade da assinatura do contrato, em 1998, foram de 7,5% ao ano, quando a taxa Selic beirava os 25% a 30%.

Então, caro Mourão, invoco novamente V. Exa., relator da Constituinte e eminente jurista, respeitado em Minas Gerais e no Brasil. A taxa de juros no momento da assinatura do contrato representava 30% da taxa Selic estipulada pelo Banco Central.

E qual é o valor da taxa Selic hoje? É 9,75%. Com 30% dessa taxa, chegaríamos em um valor entre 2% e 3%. Mas por que o governo federal fica inerte, calado? Porque é extremamente satisfatório, é extremamente oportuno para ele manter essa situação, pois ela o beneficia em detrimento dos Estados. Mas, meu caro Deputado João Leite, não é em detrimento dos Estados, e sim em detrimento das pessoas que moram neles, sobretudo as mais carentes, que precisam de investimentos nas áreas da saúde, da educação, na área social ou na área de infraestrutura, que trazem o desenvolvimento e geram dignidade e emprego aos necessitados.

Então, o governo federal está deitado em berço esplêndido, porque é extremamente cômodo, e ele é totalmente beneficiado por essa situação. Por essa razão é que a boa-fé não está sendo cumprida por uma das partes participantes desse contrato realizado em 1998, qual seja o governo federal. Ele não está agindo com boa-fé, porque não está respeitando o que as partes pactuaram no momento da celebração e da assinatura do contrato. Essa é uma questão legal.



O governo federal age a passos de tartaruga, exatamente porque, como já disse aqui, a situação está extremamente confortável, uma vez ele que está recebendo uma fortuna dos Estados, fortuna essa que está indo para o cofre do governo federal. É por essa razão que, se o governo federal permanecer inerte, faremos como fez o Deputado Délio Malheiros, desta Casa também, caro Deputado Mourão: deveremos impetrar na Justiça uma ação judicial, já que, politicamente, o governo federal não respeita os Estados. Ele não quer agilizar as negociações, esperando extorquir e explorar o povo de Minas Gerais e o povo de todos os Estados da Federação. Esse é um ponto extremamente importante. Se o governo federal demorar mais um passo, a proposta que faço à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais é que comecemos a trabalhar em outra linha, porque a insensibilidade política do governo federal terá de nos levar a buscar socorro no Poder Judiciário para ver se este tem pena dos mineiros, consertando essa situação que flagela e aflige todos os brasileiros que moram no Estado. Portanto, se o governo federal se mantiver inerte, somente caberá a nós buscar socorro no Poder Judiciário.

E lembro aqui, meu caro Deputado João Leite, que, no início dessa discussão, o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho escreveu um artigo no jornal "Estado de Minas" de forma serena e equilibrada - como lhe é peculiar -, propondo a troca do índice pelo INPC, que é hoje - e o era à época em que o Governador Alberto Pinto Coelho propôs - o menor índice de correção, fazendo justiça e cumprindo a vontade das partes estipulada no contrato.

E hoje, o Senador Aécio Neves escreveu um artigo no jornal "O Globo", do Rio de Janeiro, propondo a troca do índice de correção, do IGP-DI pelo INPC, e ainda mais, a cobrança da taxa de juros da ordem de 2% ao ano, que é uma taxa de juros civilizada, cobrada nos países mais civilizados do Planeta. O Governador Aécio Neves ainda propõe uma fórmula correta para colocar um ponto final nessa questão toda. A cada momento da apuração da dívida, a cada mês, deverá ser considerado e aplicado o menor índice de correção, que foi exatamente a vontade das partes no momento em que foi celebrado o contrato. Então, a proposta do Senador Aécio Neves veiculada hoje no jornal "O Globo" é exatamente esta: a cada momento que se for apurar a dívida, temos de pegar o menor índice de correção e a taxa de juros de 2% ao ano. Mas penso que devíamos ir além e voltar essa renegociação de 1998 para cá, porque Minas Gerais, meu caro Deputado Mourão, já pagou R\$21.000.000,00 de uma dívida que era de R\$14.000.000,00 e ainda deve quase R\$60.000.000.000,00. Então, não adianta renegociarmos a dívida de hoje em diante, se não voltarmos a 1998 e viermos corrigindo as distorções ocorridas.

Não adianta renegociarmos a dívida de hoje para frente. Se não voltarmos à 1998 e viermos corrigindo as distorções que foram colocadas de lá para cá, essa dívida jamais será paga ou será paga com o sangue, o suor e as lágrimas do povo mineiro.

Concedo aparte ao eminente jurista, Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Zé Maia, estamos atentos às palavras de V. Exa., todas bem-fundamentadas. V. Exa. é um "expert" no assunto, não é à toa que é o Presidente na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. V. Exa. é, ou era, membro da nossa Comissão Especial da Dívida Pública. Aliás, esse é o objetivo do meu aparte. V. Exa. está falando com muito fundamento, e lamento profundamente que a Comissão Especial da Dívida Pública tenha sido extinta, porque lá, Deputado Zé Maia, seria o fórum próprio para discutirmos esse assunto. Estávamos discutindo e trazendo convidados ilustres para debatermos o assunto, com o processo inteiramente enriquecido por depoimentos de notáveis na matéria. Essa Comissão Especial da Dívida Pública não poderia, em hipótese nenhuma, terminar os seus trabalhos em 60 ou 90 dias. Ela precisava de muito mais prazo, por isso nós, por meio do nosso Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, requeremos mais prazo. Conseguimos mais 30 dias, mas precisávamos de mais. Tanto é que hoje Minas Gerais, que iniciou o movimento, trouxe a esta Casa Presidentes de Assembleias de outros Estados do País, e esse movimento está se espalhando por todo o Brasil. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados já nomearam uma comissão de notáveis. Onde começou esse movimento? Aqui, em nossa Comissão Especial da Dívida Pública, que foi extinta. Por que foi extinta? Porque precisava de um acordo de Lideranças.

Eu, que ocupava a Liderança de um dos blocos, assinei; os Deputados da base assinaram; e os Deputados da Oposição assinaram - como o Deputado Carlin Moura, outro membro de destaque desta Comissão, que vejo ali. Mas, como dois Deputados da Oposição não assinaram, perdemos o prazo. A Comissão foi extinta. Agora, ela pode voltar. O Deputado Rogério Correia já assinou e o Deputado Sávio Souza Cruz não assina. Por que não assina? Por que não reiniciamos os trabalhos dessa Comissão, se está prestando um trabalho histórico a Minas Gerais?

O Deputado Zé Maia* - Muito obrigado, caro Deputado Bonifácio Mourão. Essa Comissão precisa voltar rapidamente.

Queria destacar o esforço do Governador Antonio Anastasia, da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Planejamento na condução da discussão para renegociação da dívida de Minas Gerais com o governo federal.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras trazendo mais um assunto de extrema importância, meu caro Deputado Duarte Bechir. Embora Minas Gerais ocupe a posição de 1º lugar no Estado com o maior número de Municípios do Brasil, ou seja, 853 Municípios; detenha a 2ª maior população do País; seja o 3º Estado com o maior PIB da nossa Nação; embora Minas Gerais ocupe essas posições, o Estado foi o 21º colocado no recebimento dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida da habitação popular. É uma retaliação política do governo federal com o governo de Minas. Não apenas na moradia. O Deputado Vanderlei Miranda falou muito bem sobre o Anel Rodoviário, a BR-153, que não é duplicada no Triângulo; a BR-381, que é esquecida pelo governo federal; e as obras do metrô, que não andam. Na verdade, o que vemos em Minas Gerais é uma profunda retaliação do governo federal com o Estado de Minas, que é governado pela Oposição, pelo PSDB. Aliás, esse fato ocorre nos oito anos anteriores a este governo. Minas Gerais está sofrendo uma retaliação do governo federal há mais de nove anos. É importante denunciar isso, porque o que Minas Gerais sempre tem recebido - e podemos ver isso em todas as liberações de recursos do governo federal - é desproporcional à sua geração, à liberação de riquezas que produz para o País e, principalmente, pelo número de Municípios que representa em relação ao total da Federação.

É uma retaliação política cujo prejuízo não é para Minas Gerais, mas para o povo de Minas Gerais, que precisa aprender a votar. Não daqueles que vêm aqui na campanha eleitoral, que juram ser de Minas, mas que, na hora de trazer recursos e benefícios, traem o



povo de Minas Gerais. Minas tem de se levantar, ser ativa e aprender a votar, porque tem sido traída ao longo de sua história. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente; Deputadas e Deputados; telespectadores da TV Assembleia, que criei.

Deputado Zé Maia, V. Exa. saiu tão bravo desta tribuna que esqueceu o telefone. Tem 50 ligações. Posso atender umas duas? Deve ser o povo de Minas que acompanhou o pronunciamento de V. Exa. pela TV Assembleia, que criei há 16 anos. É bom por causa disso. Há várias mensagens. (- Lê:): “Deputado Zé Maia, ouvi o pronunciamento de V. Exa. e gostaria de parabenizá-lo. Retaliação neste Estado há nove anos. Há nove anos o governo federal do PT não faz nada”. É a TV Assembleia, que eu criei.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria de fazer um aparte.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Que aparte, se nem comecei a falar?

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Já está falando, já está falando na TV que V. Exa. criou e fez uma propaganda enorme para o Deputado Zé Maia.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Como V. Exa. é meu Líder, vou-lhe conceder aparte.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Primeiramente, cumprimento V. Exa. pela coerência e pelo trabalho sério que vem fazendo nesta Casa, aliás sendo autor da emenda constitucional da ficha limpa em Minas Gerais, que foi exemplo para vários Estados do Brasil e para várias Câmaras Municipais. Nessa mesma linha, diferentemente do que alguns pensam, por causa do jeito brincalhão de V. Exa. e pela maneira “light” de conduzir a vida, V. Exa. me deu a honra de assinar a CPI dos Caça-Níqueis. E agora conto com a mesma postura de V. Exa. Recebi a notícia de que o grande contraventor de Juiz de Fora - onde vem subornando policiais civis e militares -, o dono de várias lanchonetes que vende empadas e dono de uma boate instalada no terreno da Prefeitura de Juiz de Fora - repito, a Boate Prime está instalada no terreno da Prefeitura de Juiz de Fora -, enfim, recebi a notícia de que esse contraventor também tem braços no Rio de Janeiro, envolvido com caça-níqueis. É o Sr. Frederico Márcio Arbex.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Esse eu não conheço.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa. porque, diferentemente de vários Deputados, não só assinou a CPI, como me disse que assina e não retira a assinatura. Portanto, cumprimento V. Exa. porque, muito diferente do seu jeito de viver, alegre, brincalhão e amigável com todos, no momento em que precisa ser sério e conduzir seriamente os projetos de lei e os debates nesta Casa, V. Exa. tem-se mostrado um gigante.

E quero dizer que estamos aqui aguardando a presença do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, porque apresentamos requerimento a respeito da CPI ontem, e pensei que seria lido no Plenário agora, mas ainda não foi. Esperamos que o Presidente venha despachar com este Deputado e com os demais Deputados. Em Brasília temos o Carlos Augusto Cachoeira, e agora temos o Cachoeira de Minas, esse contraventor que se chama Frederico Márcio Arbex, já preso pela Polícia Federal duas vezes, envolvido com caça-níqueis. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Disso entendo um pouquinho. Da tribuna falo com tranquilidade que presidi dois movimentos nesta Casa. Primeiro, a CPI dos Bingos. O relatório está na internet para que todos que estão chegando a esta Casa agora vejam. Naquele ano foram 12 empresários de Minas Gerais presos pela Polícia Federal. Os 12 denunciados aqui foram presos pela Polícia Federal. Muita gente dizia que daquele jeito não dava resultados, mas o resultado está aí.

Precisamos de uma comissão especial dos caça-níqueis. Esse nome citado pelo Deputado Sargento Rodrigues é novo, esse eu não conheço. Darei uma sugestão a V. Exa. e a quem tem interesse no assunto. Temos dois grandes documentos nos anais desta Casa. Um é referente a uma comissão especial por meio da qual estivemos em várias Capitais do Brasil, juntamente com o Dr. André Ubaldino, que trata do crime organizado do Ministério Público, com um Coronel da Polícia Militar, cujo nome esqueci agora, e com um integrante da Polícia Civil. À época fizemos levantamentos. Com tranquilidade assino uma CPI como essa. Posso colaborar e digo a cada um que está chegando a esta Casa agora: busquem nos anais e na internet o que esta Casa já investigou a esse respeito.

Sr. Presidente, subo a esta tribuna primeiramente para fazer um relato acerca da reunião que realizamos na segunda-feira. Hoje é quarta-feira? Fiquei tanto tempo no aeroporto que até me perdi, não é, Deputado Adelmo? Na segunda-feira estivemos na cidade de Rio Branco, no Acre. Lá estiveram quase 100 Deputados de todo o Brasil e vários Presidentes de Assembleias Legislativas. Levamos para lá uma reunião da Unale, assim como nosso Presidente da comissão especial, o Deputado Adelmo, e o Deputado desta Casa que é o Presidente do Colegiado de Presidentes. O Deputado Délio Malheiros, nessa reunião, afirmou que já entrou na Justiça contra a dívida.

O sucesso de Minas Gerais está por todo o Brasil. Fomos parabenizados por outros colegas. Já tivemos um encontro no Espírito Santo, esse no Acre, e está marcado um outro. O Brasil está se fechando. Ontem, Deputado André, eu disse que, quando queremos, quando a população quer, conseguimos.

Falo com tranquilidade sobre essa revisão da dívida. A Presidenta terá de fazê-la. Deputado Bonifácio Mourão, o Conselheiro Sebastião Helvécio me mostrou toda a documentação e falou que precisamos levar tudo isso para o Brasil. Então, conversou com o Deputado Dinis Pinheiro, e foi criada a comissão. Levamos o tema para a reunião.

Haverá a próxima conferência da Unale no Rio Grande do Norte, na qual estarão presentes todos os 1.053 Deputados. Essa conferência será realizada em maio deste ano. Esse será o assunto principal, a ser tratado por vários palestrantes. Mostraremos os resultados. Hoje estão envolvidos o Sul, o Sudeste, o Norte e o Nordeste, enfim, todo o Brasil. Nasceu nesta Casa. Podem falar o que for, mas nasceu nesta Casa, como nasceu no Acre a caminhada contra o “crack”. Na segunda-feira vimos um belo trabalho contra o “crack” no Acre. Traremos isso para cá. Eu e o Deputado Gustavo Corrêa falamos sobre isso com o Deputado Dinis Pinheiro, que nos recomendou fazer o requerimento, que seria aprovado esse trabalho nesta Casa.

Coisas que dão certo em Minas Gerais darão certo em todo o Brasil. Por exemplo, ontem chegamos ao aeroporto. Quero publicamente, desta tribuna, agradecer à companhia aérea Trip. Numa Capital de um País ao qual está chegando a Copa do Mundo, o avião está atrasado. Marcam o horário, o passageiro chega ao aeroporto, após sair do hotel à meia-noite, à 1 hora. Ali ele fica por uma



hora, duas horas. Na hora do embarque, descobre que o voo foi cancelado. A companhia aérea age com falta de respeito. A companhia aérea TAM agiu com uma grande falta de respeito. Disse: “Vamos sair daqui a 20 minutos; chegaremos daqui a 30 minutos”. Passaram-se uma, duas, três, quatro, cinco, seis horas, e nada. Tive a oportunidade de ver o futuro Prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros, dormindo em uma cadeira, babando. Ele dormiu de babar, com seus sonhos. O jornalista Márcio Fagundes caiu duas vezes da cadeira, enquanto esperava. Então, não digo isso para rirem, mas para chorarem, porque houve uma grande falta de respeito da TAM.

Quero agradecer aos dirigentes da Trip. Eu tinha audiência aqui, às 14h30min, para falar sobre a venda de bebidas nos estádios modernos, e tive de ligar para a direção da Trip em Campinas e solicitar uma vaga em seu avião, que sairia às 9 horas. Conseguimos lugares para seis Deputados. O Deputado Adelmo ficou para outro voo. A TAM agiu com falta de respeito. Os Deputados Alencar e Adelmo tinham condições de fazer um lanche, mas muita gente dessa aeronave passou fome no aeroporto. Como agir assim em um país que quer receber a Copa do Mundo? E assim vai a TAM, com essa falta de respeito. Precisamos ter mais companhias aéreas no Brasil.

Antes de conceder aparte, deixe-me apenas concluir, pois, conforme disse ao pessoal da imprensa, temos muito pouco tempo.

Temos aqui algumas questões e trataremos de cada uma delas. Em primeiro lugar, quero parabenizar o Presidente Dinis e esta Casa pela renegociação da dívida. Em segundo lugar, peço a colaboração de V. Exas. em meu projeto sobre a venda de bebidas nos estádios. Estamos fazendo uma coisa que deu certo. Estive na China, na Rússia e nos grandes eventos dos Estados Unidos e verifiquei isso. No último tempo, não se vende cerveja, bebida alcoólica, nem é permitida a entrada para a arquibancada. Acho que é uma solução que podemos apresentar para os estádios. Estamos modernizando. Vamos mostrar que os torcedores daqui também são modernos. Queremos um futuro melhor.

Como mencionei, ontem tive de sair do aeroporto e vir correndo para cá. Disse ao Ministério Público: “Não acredito; esta Casa tem de pensar na venda ordenada de bebidas alcoólicas”. Nós, desta Casa, poderemos fazer essa experiência na primeira arena moderna. Foi com muita satisfação que, da tribuna da Assembleia do Acre, fiz um convite a todos os Deputados presentes para a inauguração da primeira arena moderna do Brasil, que será em Minas Gerais.

Falarei sobre o meu projeto da bebida, o qual poderá servir para o Brasil inteiro. Iremos discutir isso nesta Casa. Não basta dizer: “Não quero beber; não pode beber”. E quem gosta de beber? Eu não bebo.

Além disso, precisamos fazer tramitar nesta Casa o projeto das sacolinhas. Tem rolo nesse projeto das sacolinhas. Que bondade fez a Câmara Municipal deixando o povo pagar a sacolinha? Senhoras e senhores, na última semana, Deputados João Leite e Célio Moreira e Deputada Luzia, fiz cinco orçamentos. Há uma rede de supermercados que compra sacolinhas do mesmo fabricante. Não tenho certeza, mas acho que é EPA. Ele compra a sacolinha e a vende por R\$0,19. Disse: tenho um supermercado e uma drogaria. Então, enviaram-me um orçamento dessas sacolas por escrito. Eles pagam R\$0,085 pela sacola. E o bobão do brasileiro, e o bobão do mineiro? A minha mulher, quando vai ao supermercado, paga R\$0,19. Isso é uma hipocrisia e uma “sacanagem” que estão fazendo com o povo mineiro, com o povo belo-horizontino.

Os supermercados estão ganhando dinheiro com as sacolinhas, e estamos deixando isso ocorrer porque o nosso projeto não anda. Eles argumentam que vai melhorar o meio ambiente. Vai melhorar é o bolso deles. Os supermercados estão comprando as sacolinhas a R\$0,085 e vendendo-as a R\$0,19. Estão ganhando, no mínimo, R\$0,10 em cada sacolinha. E, repito, estamos deixando isso ocorrer. Não estou dizendo que é só minha mulher que paga pelas sacolas.

Vejam por quanto a Drogaria Araújo vende as sacolas e por quanto as compra. Estão ganhando dinheiro. São todos safados. É uma safadeza só. E estamos deixando essa safadeza ocorrer porque o projeto não tramita nesta Casa. Dizem: “Deputado, quero ajudar o meio ambiente, mas não quero que o povo mais sofrido pague”. E isso está ocorrendo. “Rolou” dinheiro? “Rolou”. Fizeram uma bondade? Fizeram. E agora não podemos deixar isso para Minas Gerais. Nós não podemos deixar. Cada um de V. Exas. que me escuta agora tem responsabilidade. Na hora que chegar ao supermercado e vir que a sacolinha é R\$0,19, pode dizer: “Estou deixando isso ocorrer”. Não podemos deixar que isso ocorra.

Quero lembrar do Anel. Está na hora de passar o Anel para Minas Gerais. E, para finalizar, faço um apelo ao Ministério Público. O Independência foi modernizado, o governo gastou no estádio do América, mas lá só poderão entrar 10 mil torcedores. O Ministério Público está querendo o quê? Juntou o Ministério Público com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, e só querem autorizar a entrada de 10 mil torcedores no jogo de estreia e nos jogos do campeonato mineiro, enfim, nos jogos a serem ali realizados.

Sr. Presidente, 10 mil torcedores! Aonde o Ministério Público quer chegar? O Independência, antes de ser modernizado, de ter alambrado e segurança, em qualquer jogo do Atlético, eram 15 mil torcedores. Deputado Antônio Júlio, como agora, depois de toda a modernização, de gastar o que foi gasto, os homens do Ministério Público, junto com meia dúzia da Polícia Militar, querem chegar e dizer: “Só podemos autorizar 10 mil lugares”. É brincadeira. Dez mil lugares não fazem nem vez. Como o governo do Estado gastou o que gastou apenas para 10 mil torcedores?

Faço apelo ao Ministério Público de que pelo menos os 20 mil lugares na parte de baixo sejam feitos. No mais, agradeço e peço ao Deputado João Leite, o goleiro de Deus, que me ajude a acabar com o que fizeram os supermercados: colocaram o povo para pagar as sacolinhas. V. Exa. também é responsável. V. Exa. tem de me ajudar nessa luta para votarmos o substitutivo. A sacolinha tem de ser boa, mas a sacolinha tem de ser paga pelos supermercados, e não pelo povo.

A Deputada Luzia Ferreira – Cumprimento a todos e o Presidente em exercício desta reunião, Deputado José Henrique. Quero iniciar minha fala emendando-a ao pronunciamento do Deputado Alencar da Silveira Jr. Fiz uma emenda ao projeto de V. Exa. tirando a vedação que aconteceu no plano municipal, que foi a primeira experiência e que, aliás, abriu espaço para essa discussão se dar de forma mais ampla. Lá era vedada a distribuição gratuita das sacolinhas. Nesse projeto que está tramitando na Casa, fiz uma emenda incorporando um pouco dessa experiência que temos de um ano da proibição das sacolas plásticas em Belo Horizonte. Confesso que, para mim, essa medida foi um sucesso e houve uma adesão surpreendente da população. No prazo de três meses, após ter sido aplicada a lei, mais de 90% dos consumidores estavam utilizando as embalagens retornáveis ou outro tipo de embalagem. Isso mostra



que a população está sensível à preservação do meio ambiente, fazendo a sua parte. De uma forma que, em outros tempos, parecia ser impossível sobrevivermos sem as sacolinhas plásticas como embalagem. Os dados mostram que houve uma grande adesão. Hoje 97% da população que vai ao supermercado já leva a sua embalagem de casa, o que mostra que foi um sucesso, mas que precisamos fazer ajustes.

Na verdade, o ajuste que propus na emenda é exatamente para que a sacolinha possa ser oferecida gratuitamente. Não tem de ser uma obrigação, até porque não temos esse poder de obrigar a iniciativa privada de fazer isso. Mas, retirando essa obrigação, tenho certeza de que com essa medida o mercado vai regular por meio da concorrência. Se um supermercado estiver oferecendo de graça a sacola biodegradável, haverá outros que estarão vendendo e, obviamente, perderão na concorrência e terão de se adequar. Gostaria de dizer que a minha emenda é fruto da observação de um ano do funcionamento dessa lei que, como já disse, é um sucesso.

Volto a chamar atenção aqui de que há uma grande confusão em relação à sacola biodegradável, cuja matéria-prima é orgânica, portanto é degradável. Já a matéria-prima da chamada sacola oxibiodegradável continua sendo o petróleo, pequenas partículas desse componente, mas que continua sendo tão nocivo quanto as sacolas plásticas tradicionais. Portanto, gostaria de fazer essa referência, porque há muito confusão. Muitas vezes, já vi perto da minha casa – e até denunciei – sacolão vendendo essas sacolas proibidas pela lei por terem origem no plástico, sacolas oxibiodegradáveis.

Sr. Presidente, pedi a minha inscrição para falar aqui sobre o lançamento da segunda etapa do PAC 2: Minha Casa Minha Vida. Esse programa tem um carinho especial de todos nós porque sabemos que o País, com essa urbanização acelerada, segue uma tendência mundial de uma urbanização com extrema rapidez. O Brasil, que na década de 60 tinha a maioria de seus habitantes na zona rural, hoje tem mais de 70% da nossa população nas zonas urbanas. Vivemos aqui, numa região metropolitana, fruto desse crescimento acelerado de urbanização. Portanto, temos um déficit habitacional imenso nas cidades. Essa é uma realidade. Talvez a questão da reforma urbana hoje suplante a reforma agrária. Nos anos 70, a democratização do uso da terra rural fazia parte das principais questões nacionais de todos os partidos, governos, especialmente do movimento social. Hoje invertemos essa lógica. A reforma urbana tem uma dimensão quase de calamidade, pois aqui se acumulam os grandes problemas que interferem na cidadania das pessoas: habitação, saneamento básico, transporte, trânsito, saúde e educação. São essas questões que se agravaram em razão dessa urbanização acelerada. Quando as pessoas saem lá do interior – e vários dos senhores e das senhoras representam aqui cidades do interior de Minas, especialmente das cidades mais pobres do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas, do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce –, elas vêm aqui para buscar uma oportunidade de trabalho, de estudos e de melhores perspectivas.

Em Minas, há um déficit estimado de 427 mil moradias para a população mais pobre, algumas milhares que estão no interior, mas centenas de milhares que se encontram aqui na Região Metropolitana, vivendo em Ribeirão das Neves, nas periferias de Belo Horizonte, em Ibituripe, em Vespasiano, em Santa Luzia, nas cidades do entorno de Belo Horizonte.

O anúncio que o governo federal fez do PAC 2 nos deixou muito frustrados, porque temos essa realidade, como disse, que é um imperativo da reforma urbana para garantir cidadania a milhares de nossos cidadãos. Veja bem, Minas Gerais foi contemplada apenas com algo em torno de 8 mil moradias. Somos o 21º Estado, estamos na 21ª posição. Há 20 Estados que tiveram um olhar diferenciado do daqui de Minas Gerais.

Fico me perguntando, Deputado Duarte Bechir... Apesar de termos aqui um déficit habitacional de 427 mil moradias e de termos aqui o Vale do Jequitinhonha, Paulo Guedes, que o senhor conhece tão bem, apesar de termos o Norte de Minas com extrema pobreza, que se iguala ao IDH do Norte e do Nordeste, isso não foi levado em consideração quando se distribuiu essa possibilidade, inclusive das verbas, com apenas 8 mil moradias destinadas a Minas Gerais. O Carlin Moura, que é candidato a Prefeito de Contagem, como tantos outros aqui, com certeza, vai enfrentar, na questão da moradia, um dos principais problemas das grandes cidades.

Então, quero falar da frustração que nos trouxe esse anúncio. Somos o 2º Estado em população do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Temos aqui 20 milhões de habitantes. Temos aqui o IDH que se iguala aos Estados mais pobres e estamos aqui apenas com 8 mil moradias destinadas pelo PAC 2. Nem sabemos se isso vai acontecer. Uma das coisas das quais muitos Prefeitos reclamam diz respeito à burocracia para acessar esses recursos, à morosidade, à exigência, à análise de projeto, às condicionantes, enfim, às dificuldades que, muitas vezes, os Prefeitos têm. Precisam inclusive resolver pendências para ter acesso a esse crédito. Quero dizer que Belo Horizonte, do PAC 1 até hoje, só conseguiu colocar em andamento 2 mil moradias em função das dificuldades e das exigências. O valor que é, a propósito, destinado a Belo Horizonte, com o preço da terra que temos, é quase incompatível. Tornou-se inviável fazer moradia do Minha Casa Minha Vida, principalmente para a população que ganha até três salários mínimos, com os recursos destinados aqui. As moradias ficam muito mais caras. A Prefeitura não encontrou parceiros para fazer as habitações. Há uma rigidez de discutir também a alteração desse teto. Vejam que a Prefeitura de Belo Horizonte, eu ainda era Vereadora na época, aprovou incentivo fiscal, desonerou impostos de materiais de construção empregados no Minha Casa Minha Vida, deu subsídio de R\$5.000,00 para cada casa, além do teto e, mesmo assim, não conseguimos viabilizar os parceiros.

É outra armadilha que também se coloca para as grandes cidades, onde o preço da terra é maior, portanto a moradia é mais cara. Não temos condições, assim, de também atender às exigências. O compromisso com a reforma urbana é uma das principais bandeiras para que tenhamos qualidade de vida no Brasil, para que possamos ampliar a cidadania das pessoas. Como eu disse, hoje elas se sobrepõem muito, deixando de lado até a reforma agrária, porque as pessoas migraram para as cidades, trazendo os problemas e acrescentando outros.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputada, primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa., pois Minas Gerais, é o nosso Estado, é a minha terra natal. Brigarei por ele até os últimos instantes da minha vida, para representá-lo com dignidade, brigarei pelas verbas federais como Deputado Estadual. A imprensa, de vez em quando, diz que esta Casa pauta o discurso federal, e o faz porque estamos atentos aos prejuízos que Minas Gerais vem sofrendo em decorrência de o governo federal estar de costas para cá.

Na eleição do governo de Minas, o Governador Anastasia teve mais de 70% dos votos de Belo Horizonte. Coube ao partido da Presidenta perto de 20% dos votos da Capital do Estado.



Mesmo a presença dela e do ex-Presidente da República não conseguiu mudar o resultado. Ou seja, o atual Governador de Minas teve três vezes mais votos do que o candidato da Oposição em Belo Horizonte, que era um reduto do partido da Presidente.

Não estou querendo sugerir com isso uma falta de condição do partido, mas talvez seja uma justificativa, para V. Exa. e os demais pares, da forma como o governo federal age com os mineiros. A Presidente se coloca como mineira. Basta. As placas da sua campanha para a Presidência diziam: “Uma mineira que vai ser votada em Minas”. Lembro-me perfeitamente. De fato, ela foi bem-votada em Minas. Sim, ela colocou a mineiridade como instrumento para captar votos em nosso eleitorado; apresentou sua certidão de nascimento para conquistar votos em Minas Gerais. Mas não coloca a serviço de Minas os recursos da União.

Como V. Exa. disse agora, somos o 21º Estado a receber moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida; e, como aconteceu em Valadares - lamentando que o Deputado Bonifácio Mourão não esteja presente -, algumas das poucas casas que foram feitas se dissolveram. Então, cara Deputada, V. Exa. é objetiva e não reflete em sua fala nenhuma forma de rancor, mas não podemos deixar de dizer que a Presidente precisa olhar mais para o seu Estado, para o seu povo, a não ser que o seu nascimento em Minas Gerais se tenha dado por obra do acaso e que Minas não tenha nascido no coração da Presidente, não faça parte do seu sentimento patriótico. Aprendemos a dizer aqui: “Oh, Minas Gerais, quem te conhece não esquece jamais”. Mas ela, que nasceu aqui, que recebeu de Deus a oportunidade de ser mineira por nascimento, está esquecendo Minas e os mineiros, relegando a este Estado a 21ª colocação na construção de moradias pelo projeto Minha Casa, Minhas Vida. É triste. Mas parabênize V. Exa. pelo momentoso assunto; como brava mineira, V. Exa. fez a defesa dos interesses de nosso Estado. Parabéns, Deputada Luzia Ferreira.

A Deputada Luzia Ferreira (continuando) – Obrigada, Deputado Duarte Bechir, que, em seu aparte, nos trouxe outra visão.

Quero conceder aparte ao Deputado Paulo Guedes, que já aguarda há algum tempo, e à Deputada Rosângela, pedindo a ambos que sejam breves, em vista do tempo.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Obrigado, Deputada Luzia Ferreira, por me permitir, concedendo-me este aparte, fazer o contraponto. Pode ser que, em um ou outro programa, Minas de fato tenha ficado aquém do que merecia, mas o discurso que ouvimos agora há pouco, no pronunciamento do Deputado Zé Maia e na fala do Deputado Duarte Bechir, retrata alguém que não consegue enxergar as coisas. É uma fala da cegueira, em todos os sentidos.

Não é isso o que a população de Minas e do Brasil está vendo, nem o que os institutos de pesquisa mostram. A popularidade da Presidente Dilma é a maior da história, principalmente na Região Sudeste, notadamente em Minas Gerais - em Belo Horizonte - e em São Paulo, porque ela tem feito um governo voltado para todos, mas principalmente para as regiões mais carentes, e a população tem compreendido isso. Agora, dizer que o governo federal trata Minas com discriminação é, acima de tudo, uma forma de arrogância e de ingratidão dos Deputados governistas desta Casa, porque não é isso o que tenho visto. Tenho participado constantemente de audiências no Palácio Tiradentes, em que o Governador Anastasia recebe os Ministros para assinar convênios de repasse de recursos ao Estado. Só o Ministério da Integração, Deputado Antônio Júlio, repassou mais de R\$1.000.000.000,00 ao governo do Estado de Minas Gerais.

Só para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que essa cegueira não combina com os Deputados. Não combina com eles que queiram usar como argumento a situação endividada de Minas. Se a dívida de R\$14.000.000,00 chegou a R\$77.000.000,00, não foi só por causa dos juros.

Tivemos um Governador endividador de Minas, que foi o Aécio, que pegou mais de R\$16.000.000.000,00, triplicou, sim, a dívida do Estado. Foram eles que assinaram esse acordo. Essa dívida é herança maldita do PSDB. Foram Fernando Henrique e Azeredo que a fizeram, assinaram e afundaram Minas nessa situação, com o aval de Aécio, Anastasia e de toda essa equipe que está aí. Agora estão querendo culpar Dilma pela lambança que fizeram? Não podemos aceitar isso, Deputado Sávio Souza Cruz. Todos nós achamos que é necessário renegociar dívida com todos os Estados. Mas não é só uma questão de querer culpar a Presidente, que faz um bellissimo trabalho...

A Deputada Luzia Ferreira – Obrigada, Deputado Paulo Guedes.

Quero dizer que, primeiro, a dívida não é de Minas, mas de todos os Estados. Deputado Paulo Guedes, a dívida não é de Minas. Todos os Estados estão sufocados. Aliás, aqueles governados também pelo PT. Estamos tratando de dívida de 1998, e não do governo do PSDB. Muito obrigada a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes – Sr. Presidente, o Alencarzinho passou do tempo e não foi cortado...

O Sr. Presidente – Solicito ao Deputado que tenha respeito no Plenário. Com a palavra, a Deputada Liza Prado, que terá 8 minutos.

A Deputada Liza Prado* – Deus abençoe vocês. Só farei um convite para o dia de amanhã e, depois, passarei a palavra às diversas pessoas que desejam falar sobre esse tema.

O Deputado João Leite (em aparte)* – Só quero falar do nosso apoio ao Deputado José Henrique. Lamento que o Deputado José Henrique, escolhido por todos nós para nos representar na Mesa, seja tratado dessa maneira. Gostaria que fosse consignada na ata da Assembleia Legislativa a nossa estranheza mediante um colega de Mesa tratar o Deputado José Henrique dessa maneira. Não aceitamos esse tratamento. Muito obrigado, Deputada Liza Prado. Quero prestar o meu apoio ao Deputado José Henrique.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* – Quero também fazer coro com o Deputado João Leite. Não é possível que agora discursos e solicitações, no Plenário, sejam na base do grito. O Regimento deve ser respeitado, e assim foi feito com todos os que concederam apartes. Vemos aqui uma briga por parte da Oposição, vemos claramente que a Presidente da República está alijando o Estado de Minas Gerais...

O Sr. Presidente – Solicito ao Deputado Paulo Guedes, membro da Mesa, que respeite este Plenário, que, por favor, se retire do Plenário, se nos quer tratar com essa dignidade que V. Exa. mostra. Com a palavra, a Deputada Liza Prado.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* – Só para concluir, Deputada Liza Prado, acho que a intenção dos Deputados aqui é trabalhar para o Estado de Minas Gerais. Agora fica essa situação do PT, do PSDB, do PMDB. Temos que unir forças para ajudar o Estado, independentemente de quem está no poder, de quem está governando tanto o Estado como a União. Mas que está havendo



falta de interesse do governo federal em aplicar recursos no Estado de Minas Gerais, isso é sabido em todos os cantos. O Governador chama para conversar e liberar recursos para os Prefeitos do PT, do PMDB, do PV, do PSDB, de todos os partidos, e trata todos igualmente, não faz do jeito que o governo federal está fazendo. Minas Gerais está fora do crescimento, fora para receber os recursos do governo federal. Ministros vêm ao Estado de Minas Gerais, assentam com o Governador, e fica somente na promessa de liberar os recursos. Quando passam dois, três meses daquela promessa, daquela conversa, vêm com aquela historinha que não há projeto e não tem como liberar os recursos. Vamos parar com a falácia, realmente concluir as obras necessárias e ter boa vontade para resolver os problemas, que são muitos.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Minha cara Deputada Liza Prado, agradeço o aparte que V. Exa. me concede e queria fazer apenas duas colocações. Uma de viés político. Como bem disse o Deputado Célio Moreira, é muito claro o desprezo do governo federal com relação a Minas Gerais. A Presidenta da República é Presidenta de todo o País. Não é Presidenta do PT, é Presidenta de todos os Estados. Vimos, por acaso, hoje, no Minha Casa Minha Vida, que o segundo maior Estado da Federação é o que recebeu o menor número de recursos. Na área da segurança em Minas Gerais, posso dizer de cadeira que o governo federal investiu 0,41%, enquanto o governo de Minas investiu quase 14%. Então é muito claro o desprezo do governo federal com o Estado de Minas Gerais, infelizmente da nossa Presidenta, que é mineira.

Com referência à dívida pública, mais uma vez o governo federal quer matar, sufocar os Estados, recusando-se a negociar os juros “agióticos”, estratosféricos, que cobra e sufocam a população dos Estados. É outra realidade que infelizmente a Oposição não quer enxergar, ou melhor, quer confundir a cabeça das pessoas, não as deixando enxergar uma verdade tão cristalina.

Por fim, Deputada Liza Prado, agradecendo o aparte, parabenizo a conduta do Deputado José Henrique na Presidência da Casa. Quem tem o tempo é o orador inscrito, não o aparteante. Se a Deputada Liza Prado quiser cortar minha palavra agora, corta, pois é a oradora inscrita. Estou apenas fazendo um aparte. Não é o cronômetro da Mesa que determina o tamanho do aparte, e sim o orador. No caso anterior, a oradora cortou a palavra do aparteante. Isso é o que aconteceu, e quero parabenizar o Deputado José Henrique e todos que compreenderam isso, e fazer um apelo ao eminente Deputado que, naquele momento, esquentou um pouco a cabeça, para serenar seus ânimos, para que continue a fluir esta importante reunião, como desejam todos os mineiros. Obrigado, Deputada.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Só gostaria de dizer que está ficando claro no Plenário que esta Casa precisa, de fato, ser democrática. O Deputado Alencar da Silveira Jr. passou 6 minutos além do tempo, e o microfone dele não foi cortado. Ele é da Mesa, como eu. O Deputado Zé Maia passou 3 ou 4 minutos além do tempo, e o microfone dele não foi cortado. Com 1 minuto de aparte, o meu microfone foi cortado. Achei uma tremenda falta de respeito, porque acho que a pessoa tem que concluir o raciocínio.

Da forma como foi feito, a censura está chegando ao Plenário. Se há um desgoverno em Minas, se o Governador não consegue governar e sua base não consegue se entender, ou se defende Anastasia, ou se defende Aécio e só cuida de criticar o governo federal, de forma rasteira e sorradeira, mas este espaço tem de ser democrático. Então, se eu dispunha de aparte de 3 minutos, teria de ter falado durante esse tempo. Então que não me concedesse o aparte, pois, com 1 minuto, o meu microfone foi cortado. Com todo respeito que tenho pelo Presidente, contra quem não tenho nada contra, mas o mesmo tratamento que foi dado a quem me antecedeu teria de ser dado a este parlamentar. Devemos ser justos. Todos são Deputados votados. Estou aqui representando o povo como todos nesta Casa. Não há aqui um que seja mais bonito, mais gostoso ou melhor do que o outro. Todos somos iguais. Dentro da igualdade, exijo que me respeitem como parlamentar que representa uma região, que está esquecida e abandonada por este governo que aí está. Era o que queria dizer. Muito obrigado, Deputada Liza Prado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputada Liza Prado, quero usar os 15 segundos apenas para dizer que o tempo não era do Deputado Paulo Guedes, mas, sim, da Deputada Luzia Ferreira. Então, para que fique bem claro, se foi cortado o tempo de alguém, não foi o do Deputado Paulo Guedes, mas, sim, o da Deputada Luzia Ferreira. Mesmo assim, presto aqui a minha solidariedade ao Presidente José Henrique.

O outro assunto que queria trazer – aliás, talvez ainda fale sobre ele nesta reunião - é de suma importância e trata da interferência do Ministério Público quanto ao problema da capacidade do Estádio do Independência. Num momento oportuno, trarei esse assunto. Presto a minha solidariedade ao Presidente José Henrique.

A Deputada Liza Prado* – Sr. Presidente, infelizmente o meu tempo se esgotou. Então deixarei o meu pronunciamento para outro momento. Aproveito para convidar todas as pessoas de Uberlândia, minha cidade, para que estejam na Fiemg, na Rondon Pacheco, às 14h30min, para discutirmos a questão da dívida pública, que é um assunto importante. Aliás, a Presidência estará presente juntamente com vários convidados, como o Olavo, da Federação das Indústrias, e a OAB. Então, convido toda a população para que participe desse evento, prestigiando-o, para mostrarmos a dificuldade por que o nosso povo tem passado – aliás, não só o povo mineiro, mas também brasileiro. Num momento oportuno, farei o meu pronunciamento.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, o requerimento em que se pede a aprovação e ao qual quero encaminhar favoravelmente solicita à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário cópia da denúncia do Sr. Wagner Luiz Macencini, operador de crédito fundiário, requerendo que o órgão se manifeste perante a Comissão sobre os fatos narrados e indique possíveis providências aplicáveis ao caso. Veio da Comissão de Minas e Energia, portanto diz respeito à política de crédito fundiário aplicado no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Pedi para discutir esse requerimento porque, como fui Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, entendo um pouco do assunto e pude acompanhar a política do movimento agrário em Minas Gerais. Na verdade, mais do que isso: posso acompanhar até hoje, e acompanho, que não existe, por parte do governo do Estado, uma política de desenvolvimento agrário que seja realmente uma política voltada aos interesses do assentado de reforma agrária, do pequeno produtor e do agricultor familiar. Já disse isso hoje de manhã.

Sr. Presidente, infelizmente, esse programa citado no requerimento, que pede ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, diz respeito exatamente à política de crédito fundiário, a qual me referi hoje cedo. O governo do Estado não coloca técnicos suficientes



para acompanhar os programas, e as questões relativas ao pequeno produtor e ao agricultor familiar estão no abandono, Deputado Paulo Guedes. Portanto, faz parte daquilo que já tenho denunciado aqui, que é o programa que existe em Minas, o único que funciona. Deputada Maria Tereza Lara, o único programa estruturante que funciona em Minas é o “Minas sem Governo”. Esse é o estruturante. Esse não funciona, então, o “Minas sem Governo” é o único programa que existe. E com base no “Minas sem Governo”, vêm outros, como o crédito fundiário, que eles não permitem funcionar, e assim vai.

Como o governo não funciona, é preciso arrumar uma desculpa para o povo mineiro. O governo está paralisado, quebrado. É o governo que fez o déficit zero, o choque de gestão, que dizia que estava tudo às mil maravilhas, que faz propaganda na televisão, dizendo que Minas é o melhor lugar para se viver. Como isso não acontece, Deputado Adelmo, é preciso arrumar um bode expiatório. E o PSDB arrumou como bode expiatório a Presidenta Dilma, logo ela, que tem 80% de aprovação e cujo governo é aprovado porque gerou emprego, renda e várias obras do PAC. Foi logo o governo federal, que tanto avançou - o governo Lula e agora o governo Dilma -, que o governo estadual escolheu para se opor. Que o PSDB faça isso é legítimo, pois é o real sentido da oposição, mas o que temos reclamado aqui é que não pode acontecer de a Assembleia Legislativa, em vez de fazer uma discussão séria, como estão fazendo os Deputados Antônio Júlio e Adelmo, aproveitar-se disso para fazer agitação política contra o governo federal. Isso não interessa a Minas Gerais, nem ao governo nem ao povo. Interessa ao Governador Anastasia abrir beligerância contra o governo federal, atacar a Presidenta Dilma? Mas a Assembleia Legislativa pode servir de bucha de canhão do governo do Estado? Isso aqui não é um Poder independente? Ora, com que autoridade as propagandas que estão sendo veiculadas na televisão, atacando o governo federal, foram aprovadas na Mesa da Assembleia? Quando? Houve reunião da Mesa, e vários se colocaram contrariamente. Houve discussão das Lideranças, e vários Líderes se colocaram contrariamente, mas é feita uma propaganda para servir aos interesses do PSDB e, mais que isso, para servir aos interesses do Senador Aécio Neves, que tem como projeto pessoal ser candidato à Presidência da República. E então a Assembleia Legislativa é utilizada para os interesses pessoais do Senador Aécio Neves, e não para os interesses do Estado. O governo sequer deveria ter interesse nisso. Não deveria ser interesse do governo fazer agitação e ofensas à Presidenta Dilma. Deveria ser interesse dele negociar, fazer a negociação real da dívida, e não agitação política contra a Presidenta da República. Que a agitação seja feita por parte do PSDB e dos partidos de oposição, pois isso é do âmbito desses partidos e é legítimo que façam. O povo vai ou não compreender a agitação política do PSDB contra o governo federal. Mas fazer a Assembleia Legislativa, com recursos públicos, propagandas desse tipo?!

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que corte o prazo, pois o Deputado Alencar da Silveira Jr. está me interrompendo. Aliás, é só falar em Aécio Neves, que a base do governo aparece. Se é para defender o Governador Anastasia, aprovar os requerimentos que interessam a ele e fazer a Assembleia andar, o coitado do Governador não tem sequer base de governo.

Volto ao requerimento. Digo ao Deputado Alencar da Silveira Jr. que, se quiser discutir o requerimento, pode inscrever-se. Infelizmente, não posso...

Estou apenas dizendo que não posso conceder aparte. Não é isso, Sr. Presidente? Pelo Regimento Interno, não há aparte. Se não fosse por isso, concederia aparte a V. Exa. com o maior prazer. Não posso conceder aparte a V. Exa. porque nesta fase de discussão do requerimento o Regimento Interno não me permite. Senão, seria um prazer escutar V. Exa.

Sr. Presidente, como dizia, nesse projeto do crédito fundiário faltam ações em Minas Gerais que possibilitem que esse programa seja executado. Ele tem trazido vários problemas exatamente, porque não temos técnicos, não temos condições de implementação do projeto em Minas Gerais. É um projeto que requer um técnico que vá ao local, faça avaliação do preço da fazenda e, estabelecido o preço, veja se há condição de produção e se o novo proprietário terá condições de pagar o crédito feito pelo Banco do Nordeste ou pelo Banco do Brasil. Deputado Antônio Júlio, não há no governo de Minas uma equipe técnica para isso. Novamente, a Emater está sucateada. Um ou dois técnicos trabalham no Município para 2 mil, 3 mil, 4 mil pequenos produtores. Ou seja, fica no escritório fazendo o Pronaf, vendo se a DAP do pequeno produtor tem validade ou não, ou seja, fica emitindo DAP e fazendo Pronaf. Deputado José Henrique, ele não tem condições de ir à fazenda, ao local, à pequena propriedade prestar assistência técnica, avaliar a fazenda e ver se é boa para o banco negociar.

Essas questões não são culpa do governo federal nem da Presidenta Dilma, como os Deputados querem fazer transparecer. Era isso o que dizia. O que dizia é que existe o “Minas sem Governo” funcionando. Aí a base do governo quer dar a desculpa de que as coisas não funcionam porque não há recurso do governo federal. Citei o exemplo desse requerimento, mas, se discutirmos a educação, veremos que não há recursos para fazer as mínimas coisas funcionarem, como, por exemplo, salas de aula, que passam a ser multisseriadas. Ou seja, os problemas vão aparecendo porque não há governo que faça com que não apareçam, não é falta de recursos. O programa desse requerimento tem recursos à vontade no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste. O Deputado Antônio Júlio tem recursos que não acabam mais. Digo isso pois fui delegado do Ministério do Movimento Agrário. O Banco do Nordeste devolve recursos. O Banco do Brasil devolve recursos. O que foi colocado é muito mais, mas o governo do Estado não se equipa para fazer e receber sequer os recursos do governo federal. O Nordeste está avançando mais que Minas porque os Governadores do Nordeste acreditaram no desenvolvimento. Este governo de Minas não acreditou no desenvolvimento do Brasil. Ele achou que seria igual à época do governo Fernando Henrique Cardoso, ou seja, apenas endividar, pagar a dívida e depois privatizar.

O governo Lula e o governo Dilma mudaram o Brasil. O País passou a se desenvolver, o governo do Estado não acompanha e continua na mesma questão: endividada, privatiza, aumenta a dívida e, agora, reclama do governo federal. O choro é um direito de todos, mas, por favor, vamos fazer o governo trabalhar. Ele já está aí há mais de nove anos, e não consegue funcionar, com o déficit zero e o choque de gestão. O governo precisa mudar, e não jogar a culpa na Presidenta Dilma. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio – Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, o requerimento da Comissão de Minas e Energia solicita cópia da denúncia do operador do crédito fundiário e que o órgão se manifeste perante essa Comissão sobre os fatos narrados e tome as possíveis providências aplicáveis ao caso.

É um requerimento da maior importância e que precisa ser encaminhado realmente. Posso adiantar que a resposta já está pronta. O que o Deputado Rogério Correia disse é a realidade. Minas só fica chorando e lamentando que os recursos não cheguem. Parece que



Minas Gerais ficou acomodada porque não podia pedir dinheiro ao governo federal nem mandar projeto porque Minas não tem problema. Em Minas tudo está funcionando bem, a segurança pública está fantástica, a educação melhorou e até estão criando as salas multisseriadas, em que meninos de 6 e 9 anos estudam juntos na mesma sala, no mesmo horário, com a mesma professora. Isso é um avanço da política de Minas Gerais.

Então, ficam lamentando porque não tiveram a coragem de montar esses projetos para reivindicar recursos, e aqui incluo esse crédito fundiário, porque Minas também não tem problema fundiário nenhum. O Iter está funcionando muito bem, por conseguinte o Manoel Costa fez um belo trabalho e teve até de sair de forma corrida. Está tudo funcionando muito bem, e onde está funcionando bem o governo não põe dinheiro. Não tem por que colocar dinheiro. Tem que colocar onde está faltando, onde há dificuldade, onde as coisas não estão funcionando. Ali, sim, o governo tem de se preocupar em mandar recursos para que os problemas sejam resolvidos.

Então, esse requerimento já tem resposta. Minas não pediu o crédito fundiário, Minas não apresentou projeto, Minas não apresentou nada. Por quê? Porque Minas não tem problema. Minas Gerais é o oásis deste mundo afora, não só do Brasil. Como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, vivemos em duas Minas, a Minas virtual e a Minas real. A Minas virtual está muito bonita. Talvez esses créditos não tenham sido vinculados nesse governo virtual, mas no governo real as coisas estão mal. As coisas estão de mal a pior. Digo isso com muita tristeza.

Tive oportunidade de dizer ao Governador Anastasia que somos de oposição ao governo, mas não somos de oposição ao Estado de Minas Gerais. Precisamos entender e saber separar. Digo com muita tristeza e com dor no coração que, nos últimos 15 meses, o Estado de Minas Gerais está pagando caro pelos equívocos cometidos durante sete anos. Equívocos que poderiam ter sido corrigidos, mas não foram. A base do governo aqui finge que não está acontecendo nada. Sabe que está acontecendo. Gosto muito de dar um exemplo até repetitivo, da greve dos professores. Havia gente do governo levando a informação de que não tinha greve, de que havia apenas três professoras em greve e só meia escola parada, que não havia problema nenhum. Quando acordamos, quatro meses depois, o movimento já estava indo para o lado do radicalismo, com invasão na Assembleia, pessoas acorrentadas. Só ali o governo viu a gravidade do que estávamos vivendo.

Por quê? Por causa da truculência do governo, a truculência que se implantou nas Secretarias de Educação e de Planejamento. Puseram lá uma mulher que pensa que manda no Brasil. Ela pensa que manda no mundo. Ela pensa que vai ficar no governo o resto da vida, perseguindo os professores e o funcionalismo público. Ela esquece que tudo isso é passageiro, que tudo passa. Tudo isso passa, e para ela também vai passar. O governo tomou um rumo, e precisamos ajudá-lo. O Governador Anastasia está perdido. Tanto que votamos esse requerimento porque eles estão se unindo. Tanto que vão criar mais uma secretaria para vigiar o Secretário. Por quê? Porque cada Secretário está cuidando da sua vida, da sua política pessoal, e não, da política do Estado. Deixaram até de fazer a política de governo para fazer política partidária de vários partidos que compõem a estrutura do governo. O governo começa a ficar perdido porque as coisas não acontecem, Deputado Tadeu Martins Leite. V. Exa. nos trouxe um tema grave que passou despercebido pela maioria dos Deputados, relativo ao dinheiro da Sudene. Podemos incorporar esse tema a esse requerimento. A Sudene manda um dinheiro para o Corpo de Bombeiros comprar um equipamento para a região da Sudene, para Montes Claros, mas o governo manda esse equipamento para o Triângulo Mineiro. Não podemos ficar calados diante disso. Essa é a única forma que temos de ajudar o Governador a tomar rumo e assumir o governo. Acho que ele não assumiu o governo até hoje. Penso que até hoje ele acha que é Secretário do Aécio. Ele foi um Secretário tão atribulado, Deputado Paulo Guedes, que ainda acredita que é só Secretário, que não é Governador. Estou chegando a essa conclusão.

Quando se fala em crédito fundiário, percebemos os problemas que estão ocorrendo em Minas Gerais. Falam que Minas ainda não recebeu o Minha Casa, Minha Vida, mas não apresentaram o projeto. Os Prefeitos que o apresentaram já estão recebendo. Receberam nesta semana e assinaram os convênios. Muito timidamente, algumas cidades receberam 50 moradias, 60 moradias, no máximo 100 moradias, porque o Estado de Minas Gerais não brigou, não se impôs, não está querendo colocar recursos da forma como se deve. Não temos comando. Por que Dilzon Melo, quando Secretário, conseguiu fazer mais de 25 mil moradias com o dinheiro do governo federal? Ele correu atrás, a Cohab era mais ágil. Hoje nada funciona, nada funciona. Não adianta a base do governo ficar reclamando e fazendo defesa. Não há defesa. Mais um exemplo claro, claríssimo do que está acontecendo em Minas Gerais. Minas não recebe recursos para o crédito fundiário. Não recebe por quê? Porque não correu atrás. Aqui não existem problemas, graças a Deus; isso, no governo virtual. Todavia, no governo real, estamos de mal a pior.

Baseado nesse requerimento, que mostra a falta de investimento, há a questão da segurança pública. Hoje entrei com um requerimento para realizarmos aqui um debate sobre a desintegração do sistema de segurança pública, em especial a Polícia Civil e a Polícia Militar. O governo fez propaganda sobre a integração, mas precisamos discutir o que realmente está acontecendo, que é a desintegração. Quando o Deputado Alencar da Silveira Jr. fala sobre o Independência, ele nos mostra a falta de governo. O governo faz uma obra daquele tamanho, e vem alguém do Ministério Público ou de onde quer que seja, vem a própria Polícia Militar, da qual ele é comandante, dizer que não pode haver aquela quantidade de pessoas no Estádio Independência, para a qual foi construído. Isso é falta de comando, é falta de estrutura, é alguém que está deixando as coisas acontecerem para ver como fica. Deixar acontecer para ver como fica foi muito danoso para o Brasil, até mesmo no governo do nosso PMDB, do Sarney. O Sarney, que tinha a fala de fazermos 70%, 80%, e deixar o resto do jeito que está para ver como fica. No mundo moderno em que hoje vivemos, neste mundo globalizado, não dá mais para governar desse jeito.

Voto esse requerimento, Presidente. Eu às vezes fico com um pouco de história, mas me baseio no requerimento. Mostro que não se trata apenas da questão fundiária, para a qual não há crédito, que não foi pedido e não chegou. Vários setores do governo do Estado não tiveram coragem de buscar o dinheiro, sob alegação de que Minas não enfrenta problemas. A situação é conflitante com a propaganda. Ocorre o mesmo com a dívida de Minas. Há conflitos. Estamos discutindo um problema de Estado, mas há um problema de governo, que vendeu para o País inteiro a ideia do déficit zero. Diziam que em Minas não havia problemas, agora aparece uma dívida de R\$70.000.000.000,00.



Essas discussões são importantes para verificarmos o sistema e darmos um alerta ao governo de Minas. O governo está muito preocupado com as eleições deste ano. Só está preocupado com as eleições. Estão preocupados com quem vão matar - se é do PMDB ou do PT -, em que investir, em que gastar dinheiro. No entanto estão-se esquecendo de governar. Minas precisa de governo. Infelizmente, estamos sem governo.

O Deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como já foi dito pelos Deputados Antônio Júlio e Rogério Correia, ao encaminhar esse requerimento, que solicita informações à Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais sobre a denúncia apresentada pelo Sr. Wagner Luiz Macencini, operador local do crédito fundiário, ou seja, o requerimento solicita que o órgão se manifeste perante esta Comissão sobre os fatos narrados e indique as possíveis providências aplicáveis ao caso, quero aproveitar esse assunto, Deputado Adelmo, para dizer que precisamos alertar o governo sobre o que está acontecendo na área fundiária em Minas Gerais. Nos últimos anos, a regularização fundiária ficou quase parada. Isso só não ocorreu nas páginas de jornais, nos escândalos e nas operações; houve uma grande operação de vendas de terras devolutas no Norte de Minas. Mas aqueles que precisam regularizar sua pequena propriedade não conseguem apoio do governo e dos órgãos governamentais.

Falo isso porque tenho vivido, no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, o problema de cada um, a começar pelos assentamentos de reforma agrária. Vejo a morosidade do Incra e dos órgãos ambientais do Estado. Há assentamentos de reforma agrária, cujos recursos estão depositados em conta do Banco do Brasil há 15 anos, mas não se consegue construir a moradia, porque não há licença ambiental.

Deputado Adelmo, quando critiquei aqui o programa Minha Casa, Minha Vida, a Presidente Dilma lançou o programa Minha Casa, Minha Vida rural, que libera R\$25.000,00 para construção de casas na zona rural, e o beneficiado paga apenas R\$1.000,00, em quatro parcelas de R\$250,00, depois de a casa estar pronta. No entanto, o programa não consegue sair do papel, porque no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, as pessoas não têm escrituras, todo mundo é posseiro. E os órgãos que cuidam disso em Minas não conseguem tirar os projetos do papel. Ouvimos falar, falar, falar, mas ninguém age.

Agora, espero que o Secretário Wander Borges, que acaba de assumir a Secretaria, tenha sucesso nessa empreitada. Temos de buscar uma forma de ajudá-lo a resolver esse problema nessas regiões. Às vezes, o investimento não chega, como bem colocou aqui o Deputado Antônio Júlio, porque não há projeto. Minas não faz projeto, Minas perde o tempo inteiro apenas discutindo os problemas localizados e pessoais. O Deputado Antônio Júlio tem razão: os Secretários têm que tirar a bunda da cadeira, assumir o seu papel de Secretários de Estado, encarar os problemas e não ficar apenas fazendo políticas paroquiais em suas bases, que é o que vemos na maioria dos casos. O Estado, realmente, precisa ser governado. Tem razão o Deputado Antônio Júlio. O Governador tem de sair da posição de Secretário, pois ele não é mais Secretário de Aécio, ele é o Governador de Minas. E, se é Governador de Minas, tem de agir, de fato, como Governador, e exigir que seus Secretários façam o dever de Casa, para que Minas possa receber mais recursos federais.

Agora, no Norte de Minas, abriu-se uma superintendência da Caixa Econômica Federal. A Superintendente, muito bem-intencionada, querendo ajudar a implementar os programas, ajudar os Municípios, liberar os recursos, mas o processo sempre emperra, Deputado Adelmo, em um problema localizado: "Ah, não tem titulação. Ah, não tem escritura. Ah, não tem licença ambiental". Aqui, as coisas não têm comando, o Estado está sem comando. Todo o mundo manda e, ao mesmo tempo, ninguém manda. Ninguém sabe quem manda, ninguém sabe quem obedece. Então, está na hora de colocarmos os pingos nos is, para podermos exigir, para que, inclusive, a base do governo desta Casa passe a se entender, porque aqui eles se esqueceram de defender o governo, de vir ao Plenário votar.

Quando os Deputados da base aparecem aqui, é para criticar a Dilma, que está fazendo um belíssimo trabalho, aliás, com 80% de aprovação até em Minas. Portanto, eles estão fora do foco, do assunto e da hora. Estão perdidos em um projeto do ex-Governador Aécio Neves, que quer virar Presidente da República. Com esse projeto, eles esqueceram que Minas Gerais precisa ser governada, que o Estado precisa ser conduzido. E o Governador fica em uma situação muito difícil. A base não está aqui, no momento, pode-se ver que só há quatro parlamentares neste Plenário. Eles só vêm ao Plenário, como disse o Deputado Rogério Correia, quando falam do Aécio. Se citar o Aécio, eles descem e vêm correndo para cá. Parece que o que importa é o bem-estar do Aécio. Esquecem que o Estado enfrenta problemas: o Norte de Minas está paralisado; os órgãos ambientais não deixam muita coisa acontecer; está paralisado o Projeto Jaíba; o Minha Casa, Minha Vida rural tem de sair do papel; tem de ser feita a regularização fundiária das terras devolutas; e o pequeno posseiro do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha precisa da sua titulação para conseguir crédito nos bancos, para fazer seu financiamento e ter acesso aos programas do governo. Isso o governo não sabe; nisso ele não anda; e isso ele não faz, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Por isso requerimentos como esse têm de chegar a esta Casa para que possamos fazer essa chamada e uma discussão mais aberta.

Há pouco, o Deputado Alencar da Silveira Jr. fez um apelo à Mesa para que seja colocado um dos seus projetos em pauta e se discutam vários assuntos pendentes nesta Casa. Também tenho vários projetos aqui que precisam ser discutidos, como o que regulamenta a situação dos taxistas em Minas Gerais. Ou seja, os projetos que interessam ao povo ficam parados, não vêm para o Plenário. Alencarzinho, temos de somar forças na Mesa e cobrar para que os projetos de interesse da população possam ser pelo menos discutidos, já que não podem ser votados, já que existe ordem suprema de alguém que manda, de alguém que aponta o dedo, de algum segmento que pede que as coisas não aconteçam nesta Casa. Espero que pelo menos os projetos venham para o Plenário. Assim poderemos saber quem vota a favor e quem vota contra o povo. Agora, não podemos deixar que os projetos fiquem paralisados nas comissões, sem parecer, sem andamento, sem chegar ao Plenário. Vamos começar a levantar essas discussões na Mesa. E vamos iniciar essas discussões pelo nosso projeto que discute a questão do transporte rodoviário em Minas Gerais.

As questões precisam ser discutidas, apresentadas e esclarecidas. Temos de acabar com os cartéis que ainda mandam em Minas Gerais e ditam regras até nesta Casa. Por isso vamos fazer com que esses projetos possam pelo menos chegar ao Plenário. Quem for contra que vote contra; quem for a favor que vote a favor.



O Alencarzinho falou das sacolinhas plásticas. O Deputado Sargento Rodrigues falou da CPI para discutir a questão do cartel dos bingos. Há 10 anos, esta Casa não faz uma CPI. Que medo é esse de discutir? Qual é o problema de abrir uma CPI? Por que o Governador tem tanto medo de CPI? Por que o Aécio tem tanto medo de CPI? Eles não gostam de tantas CPIs no Congresso? Deveriam deixar fazermos uma CPI nesta Casa. Há 10 anos, tentamos fazer uma CPI nesta Casa, mas não conseguimos. Tentamos conseguir assinaturas para criar a CPI do IEF, sobre a operação que culminou na prisão do Presidente do IEF, que formou uma gangue para extorquir dinheiro dos produtores da região, mas infelizmente essa CPI também não foi para a frente.

Esta Casa precisa assumir o seu papel. Não deve ter medo de discutir problemas, constituir CPIs, votar projetos de interesse da população, discutir os problemas do transporte, dos taxistas, que estão sendo perseguidos em Minas Gerais e não conseguem mais transportar seus passageiros, porque cinco empresas ditam as regras para o setor em Minas Gerais. Essas questões precisam ser discutidas, ditas e esclarecidas, e esta Casa precisa se posicionar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão – Sr. Presidente e caros colegas, os Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio e Paulo Guedes já fizeram considerações importantes sobre a necessidade de aprovarmos esse requerimento que trata da questão do crédito fundiário em nosso Estado. Também faço das palavras desses Deputados as minhas, para reconhecer como necessária a aprovação desse requerimento. Deputado Rogério Correia, também é necessário debatermos urgente e profundamente a questão fundiária em nosso Estado. Esse requerimento tratará de uma questão marginal diante dos desafios da questão fundiária em nosso Estado.

Vemos somente reclamações feitas aqui. Algumas, aliás, em posição de bravata. Na verdade, fizeram mais bravata do que reclamações aqui. Falar da Dilma como foi dito aqui é absolutamente inaceitável, incompreensível e dispensável. Deputado Duarte Bechir, imagine só: neste momento da nossa história estamos discutindo uma questão extremamente importante para o Brasil, que é a questão das dívidas, que, logicamente, interfere sobre todos esses problemas. Na verdade, temos de resolver o problema de um acordo feito em 1998. Aqui vejo muitas pessoas com a ideia de que o acordo foi ótimo. Hoje mesmo vi um Deputado tucano dizer que o acordo foi ótimo naquele momento, no dia em que foi feito, porque a proposta de correção era melhor naquele momento. Mas pergunto: onde está a inteligência desse pessoal, meus caros Deputados? Deputado João Leite, onde está a inteligência de alguém que faz uma proposta, um acerto, um acordo para valer por 30 anos, mas que, na verdade, só é bom no dia do acordo? Porém, vêm aqui todos com bravata dizendo que agora a culpa é da Presidenta da República, mesmo passados já 12 anos do acordo.

Ora, estão falando isso para quem? Como está sendo tratado o povo de Minas Gerais? Como idiota? Vamos parar com bravata. Tratarei aqui de uma questão importante. Também dirão: “Olha, está suspensa, está extinta a nossa comissão”. Deputado Rogério Correia, até compreendo a sua posição. Aliás, fiz um apelo a V. Exa. para que assinasse esse documento, do mesmo modo ao Deputado Sávio Souza Cruz. Acredito que seja importante darmos continuidade à comissão, pois temos muito o que fazer, muito o que estudar e muito o que revelar.

Deputado Duílio de Castro, imagine que nessa comissão, depois de três ou quatro meses em que aprovamos cinco requerimentos pedindo informações relativas às dívidas do Estado com a União e com a Cemig, somente ontem eles foram aprovados. Aí vêm dizer que o problema agora é a Oposição. Não venham culpar o Deputado Rogério Correia nem o Deputado Sávio Souza Cruz – por sinal, esses Deputados já assinaram o requerimento.

Portanto, apelo veementemente para revitalizarmos a comissão, já que os requerimentos foram assinados ontem, permitindo-nos, assim, ter as informações necessárias para tratarmos a questão da dívida, que é extremamente importante.

Queremos tratar dessa questão com muita seriedade, com muito vigor, mas é preciso que tenhamos informações também. Como podem vir aqui falar da crueldade da Presidenta da República, de retaliação do governo federal em relação a Minas em função dessa dívida? Como? Pergunto a esses acusadores, a esses detratores do governo quando foram à Presidenta Dilma, ao Ministério da Fazenda, ao governo federal propor qualquer renegociação. Também não venha com essa bravata de que tem de fazer. Nem lá começamos ainda a discussão. Só iniciamos o debate sobre a dívida.

É preciso que tenhamos informações consistentes e corretas. Os números fornecidos para nós são divergentes. E números divergentes, matematicamente, indicam que existem erros de um, de outro ou de todos. Por isso é importante termos as informações que pedimos. Com elas, aí, sim, poderemos levar propostas consistente ao governo. É claro que, de imediato, podemos levantar muitos problemas que podem e devem ser corrigidos.

Quero aqui dar um testemunho para aquelas pessoas que vieram aqui falar mal da Dilma. Vocês pensam que alguém, entre os que fazem parte desse pessoal que veio aqui para falar mal pode resolver o problema da dívida? Não pode, não! Pode ajudar, sim, contribuindo com as informações corretas e precisas. Dessa forma, sim. Pode o governo federal. Tenho a mais plena convicção de que a nossa Presidenta Dilma virá em socorro de Minas para consertar esse erro grave cometido nesse acordo absurdo, indecente para Minas Gerais. Foi feita uma negociação que coloca Minas Gerais de joelhos perante essa dívida ou Minas de joelhos perante a União. Não é um governo contra o outro. Não é nem o governo do Anastasia contra o governo da Dilma, mas, sim, o acordo feito no passado em que estavam conjugados, no Congresso Nacional, na Presidência da República, no governo de Minas, os tucanos, os três. Também não estou aqui para condená-los não, mas não venham aqui dizer que a culpa é da Dona Dilma! Não! A solução do problema aqui é da Dona Dilma. Eventualmente, pode ficar para daqui a 10, 20 anos. Inexoravelmente, em 2028, alguém tem de resolver o problema; mas quem pode antecipar a solução é, felizmente, quem está hoje na Presidência da República, que tem a sensibilidade de fazer a revolução que nenhum outro Presidente da República ousou fazer: enfrentar o sistema financeiro nacional e internacional. Que Presidente na história do Brasil ousou determinar aos seus bancos oficiais a redução de juros para a classe média, para os consumidores, como fez a Dilma em relação à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil? E, por tabela, impôs aos bancos privados o mesmo caminho, pois, caso contrário, todos nós iríamos para os bancos oficiais, pois é lá que encontraremos guarida, o crédito mais baixo, os recursos. O Deputado Rogério Correia já disse que existem recursos muito significativos para investimento neste País. O que é preciso são os projetos.



Volto ao assunto deste requerimento com relação à questão fundiária. Sei que a aspiração de todos os brasileiros, dos trabalhadores do campo, dos posseiros do nosso Estado, Bechir, é terem a titulação do seu pedacinho de terra. Então, a regularização fundiária passa a ser algo para atender aos sonhos dos trabalhadores que estão na terra, dos posseiros que estão lá há anos, há gerações seguidas. Mas quero aqui levantar um temor - o Paulo Guedes expõe essa questão -, mas é o temor de que essas propriedades, ao serem regularizadas, tituladas, Deputada Luzia Ferreira, passem a ser produtos da especulação do interesse econômico. Aí, o posseiro que está lá, há 40 anos lavrando a sua terra, sem acesso ao crédito, ao tê-lo poderá ter a sua propriedade, agora titulada, vinculada ao financiamento. Depois, em função dessa amarração, pode perder a oportunidade de ter a sua terra, entregando-a em função desses financiamentos.

Gostaria muito que tratássemos dessa questão, para que nenhuma terra titulada fosse fruto de especulação e entregue ao poder econômico do nosso Estado. É importante garantir a titulação, mas como uma propriedade definitiva e nunca passível de ser um produto de mercado a ser entregue aos interesses do sistema financeiro.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/4/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando Luis Mario Giuliani do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Arkysom Emmanuel Gonçalves Miguel para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Neider Moreira

nomeando Pedro Henrique Pena Firmo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 14/4/2012, que nomeou Lindiane dos Reis Pereira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes, Vice-Líder do PT;

nomeando Sergio Geraldo Gazel Guimarães para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes, Vice-Líder do PT.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Mara Marques Camargo do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Luis Mario Giuliani para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Contato Produções e Radiodifusão Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenções corretiva e preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia, instalados no interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação, com reajuste de preço pelo INPC/IBGE. Vigência: 12 meses a contar de 2/6/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge. Objeto: estabelecer as bases de cooperação comum entre os partícipes para possibilitar à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais compartilhar dos serviços de tecnologia de informação e da infraestrutura disponibilizados pela Rede IP Multisserviços, criada por meio do Decreto nº 45.006, de 2009. Objeto deste aditamento: reajuste de preço do CNV/14/2010. Vigência: a partir de 27/1/2012. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90(10.1).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge. Objeto: prestação de serviços de integração à Rede IP Multisserviços e gestão de contratos dessa rede. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 23/7/2012 a 22/7/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.